



Jamais Fomos Ambientalistas

Nathália Kneipp Sena ¹

RESUMO

Este trabalho corresponde ao exercício de conclusão da disciplina “Tópicos Especiais em História Social – Fronteira, Recursos Naturais e Conservação da Natureza”, oferecida na Universidade de Brasília. Segue-se a proposta de inter-relacionar e buscar um posicionamento frente ao ideário dos textos debatidos em sala de aula. Abordam-se alguns aspectos a respeito de como as diferenças na construção do conceito de fronteira, ao longo do tempo, podem servir como demarcações para uma busca de posicionamento sobre se fomos, se procuramos ser ou se seremos ambientalistas algum dia.

Palavras chave: Fronteira; Ambientalismo; Conservação dos Recursos Naturais; Proteção do Meio Ambiente.

¹ Mestre em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília, Brasil. nkneippsen@gmail.com.

A conservação da natureza deveria ser um dos campos estratégicos para a perpetuação da vida na Terra ou, ao menos, uma preocupação comum a todas as nações para que se busquem soluções conjuntas de curto, médio e longo prazos em prol do bem comum. Pesquisadores (Adams 2004; Chapin III et al. 2000; Wilson 1992) acreditam que, atualmente, o ritmo de extinções ocorre em uma velocidade de 100 a 1.000 vezes maior do que aquela observada nos períodos normais da história, ou seja, entre as grandes crises de extinção registradas, como foi a da queda do meteoro que eliminou os dinossauros da Terra há cerca de 65 milhões de anos (Brusatte 2012 p. 256)

Neste trabalho, são abordados alguns aspectos a respeito de como as diferenças na construção do conceito de fronteira ao longo do tempo podem servir como demarcações para uma busca de posicionamento sobre se fomos, se procuramos ser ou se seremos ambientalistas algum dia, imiscuindo-se no comentário de Carlos Minc de que “muitas pessoas se consideram ambientalistas porque não comem carne, não jogam papel no chão ou ainda porque são favoráveis ao controle da natalidade” (Minc 1992 pg. 8).

Todos esses arremedos de engajamento ambiental estão emaranhados em uma procura complexa e incessante para situar o ambientalismo enquanto modo de vida, estado de espírito, atitude em relação à sociedade filosofia política, movimento social, militância radical, entre tantas iniciativas. O aprofundamento do debate sobre a sexta grande crise das extinções, com uma aceleração da “defaunação” (Dirzo et al 2014) – perda tanto de espécies como de populações da *wilderness* – reposiciona a conservação da biodiversidade como estratégia de sobrevivência da espécie humana, o que não pode ocorrer de forma dissociada das outras espécies.

A NATUREZA E SUAS FRONTEIRAS, A SERVIÇO DO HOMEM

Em cada continente, é possível encontrar narrativas sobre o auge e a derrocada de civilizações que sucumbiram em função da *hubris*, palavra que na Grécia antiga significava orgulho e presunção altivos e exagerados, que Ophuls (2012) chama de “grandeza imoderada” (*immoderate greatness*). Esse autor aponta quatro limites biofísicos que seriam os responsáveis pela queda das civilizações, a saber, o esgotamento ecológico, o crescimento exponencial, a entropia acelerada e a complexidade excessiva. A esses, acrescenta ainda os erros humanos, subdivididos em morais e práticos.

Pertence a Ophuls o questionamento sobre o porquê de vermos a natureza como cornucopiana – um banquete a ser devorado sem a imposição de limites. A civilização cai quando esgota seu capital moral e físico. Para esse autor, a nossa queda será estupenda e diretamente proporcional à complexidade que entrelaça nossas sociedades. “É necessário um sofrimento

prolongado para que se acredite que o mundo anteriormente conhecido mudou de maneira irreversível”, avisa. O remédio apontado seria “a renúncia deliberada da grandeza em favor da simplicidade, da frugalidade e da fraternidade”, pois *hubris* é sempre punida por Nêmesis (deusa grega da vingança e da ética).

Os homens sábios dizem – e não deixam de ter razão – que aquele que quiser antever o futuro deve consultar os acontecimentos do passado, pois os eventos da humanidade sempre encontram similares naqueles que aconteceram anteriormente. Isso resulta do fato de que são produzidos por homens que sempre foram e sempre serão guiados pelas mesmas paixões e, por isso, têm necessariamente os mesmos resultados. (Niccolò Machiavelli [s.d])

Essa citação de Machiavelli foi escolhida por Ophuls para reforçar a ideia de que o que aprendemos com a história é que não conseguimos aprender com ela; e foi também selecionada por Koselleck (1985) para ilustrar justamente as divergências de percepção entre “apocalípticos e integrados”, estando os primeiros convencidos de que há uma espécie de regra em que toda experiência prévia não conta em relação a outras possibilidades de desdobramentos no futuro. Koselleck lembra que coube ao filósofo Immanuel Kant inaugurar o conceito de progresso e, nesse sentido, a experiência do passado e a expectativa do futuro não se mantiveram mais em correspondência; pelo contrário, passaram a ser distintas, pela “instrução obtida via experiência frequente”, renovada. Com essa visão de avançar para o melhor, a história era vista como uma totalidade aberta a um futuro progressivo, onde localizamos a crença ambientalista de que podemos vir a fazer melhor com o acúmulo de nossas experiências.

A noção de enaltecimento das capacidades trabalhistas em um contexto de progresso, a expectativa de conseguir estar em controle das mudanças desejáveis pelos seres humanos, ganhou a fé renovada de que somos nós que estamos no comando, com a natureza a nosso serviço. Aqui, vale o interlúdio:

Segundo Fourier, o trabalho social bem organizado teria entre seus efeitos que quatro luas iluminariam a noite, que o gelo se retiraria dos polos, que a água marinha deixaria de ser salgada e que os animais predatórios entrariam a serviço do homem. Essas fantasias ilustram um tipo de trabalho que, longe de explorar a natureza, libera as criações que dormem, como virtualidades, em seu ventre. Ao conceito corrompido de trabalho corresponde o conceito complementar de uma natureza, que segundo Dietzgen, “está ali, grátis”. (Benjamin 1987)

Tanto Koselleck, como Ophuls têm um aporte de base para ir à procura da capacidade de sermos ambientalistas – assunto do presente trabalho –, pois contribuem com uma semântica original para o espaço e para a temporalidade da evolução do conceito de conservação. Ophuls, com o enunciado dos quatro limites biofísicos, que considera imperativos no processo histórico e de desenvolvimento ambiental, insinua a ameaça de que a conservação, em sentido amplo, pode ser

impedida pela simples existência da segunda lei da termodinâmica – a entropia acelerada –, que considera incontestável e tem efeito potencializado pelos demais limites biofísicos que propõe. Quanto a Koselleck, com sua análise da inter-relação mutante entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”², cabe a curiosidade de descobrir na construção do horizonte de expectativas despertadas pelo conceito de conservação, quais experiências podem ser identificadas e diferenciadas como pertencentes ao que se esperava e o que se pode aventar para o futuro da humanidade.

Em relação à experiência do oposto da conservação – a destruição, ou o esgotamento ecológico –, a colonização do continente americano gerou farta produção literária e acadêmica sobre esse tema. Ao reproduzir a expressão cunhada por Frederick Jackson Turner (1976): *free land*, Walter Prescott Webb (1979) considerou o movimento de ocupação das fronteiras americanas como sinônimo de invadir uma terra que se pressupõe ser de ninguém. Essa terra, supostamente sem dono e sem registro, vista como paisagem selvagem e riqueza que se recebe como um presente de Deus para recompensa e melhoramento do ser humano, teria o mesmo sentido de fronteira.

A fronteira móvel americana do início da colonização era, portanto, uma terra gratuita a ser tomada por quem chegasse primeiro. Em seguida, Webb desenvolveu a ideia de fronteiras cornucopianas das Américas com o termo *windfalls* (“caído do céu” e coletado sem restrições). Ele, então, dividiu as fronteiras tidas como *windfalls* em primárias, que se relacionam à coleta das riquezas da natureza sem ônus ou trabalho, e secundárias, que são aquelas que se iniciam com o ocaso das primárias e envolvem recursos que não estão facilmente disponíveis, exigindo, assim, trabalho e investimentos para se materializarem em lucro. O trabalho de Webb expõe as surpreendentes cifras dos registros quantitativos de ouro e prata arrancados do Novo Mundo, transportados e entregues às metrópoles a partir do ano 1493. O *boom* dos negócios na Europa. O auge da grandeza imoderada.

O Brasil e sua Mata Atlântica servem como exemplos muito bem detalhados por Warren Dean (1996) nas fases tupiniquins das fronteiras *windfalls* primária e secundária. Dean conduz uma minuciosa descrição qualitativa e quantitativa do que e de como foi a destruição, tocada a ferro e fogo, que resultou em um desmatamento contínuo da mata, também denominada fronteira ou *wilderness*, no sentido americano, e paisagem selvagem, mato ou sertão, para alguns autores brasileiros. Ao comentar o livro de Dean, José Augusto Drummond (2000) tem uma observação que endossa a provocação do título do presente artigo: “a dura verdade é que nenhum país desenvolvido poupou as suas florestas

² Para Koselleck, não se trata de simples conceitos opostos e sim de uma tensão entre experiência e expectativa que “de uma forma sempre diferente suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico”.

nativas – e outros recursos naturais – antes de se tornarem escassos ou poderem ser substituídos por *commodities* importadas”.

Ao esmiuçar uma espécie de inconsciente coletivo ou história das ideias relacionadas ao conceito de *wilderness*, Roderick Nash (1982) a classifica como um estado de espírito (*state of the mind*) e também condição ambiental. Enquanto abstração, imageria, inclui representações míticas, religiosas, utilitárias, românticas, enunciados individuais e coletivos, até mesmo mesclados, expressos em semânticas e expectativas diferenciadas no avançar dos tempos históricos. Da encarnação do mal, do lugar de provações, sofrimento, morte e do que há de mais demoníaco e aterrador no mundo, a paisagem selvagem alçou-se aos sonhos românticos de intelectuais que faziam dela, no dizer de Nash, aquilo que queriam que ela fosse. Até se chegar à paisagem selvagem *loved to death*, cujos dizeres do cartaz na propriedade de Augusto Ruschi, quando estigmatizado por caçadores em pleno combate conservacionista no Rio de Janeiro dos anos 1970, expressam essa parcela de morrer-de-amor em uma cultura global naturalista: “Estas plantas valem mais que minha própria vida” (Dean 1996, p. 322).

Hoje, existem 100 mil refúgios de recursos biológicos em todo o mundo (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources 2010) que equivalem à soma da extensão territorial da China e da Índia. Ao redigir uma história das áreas protegidas, Franco e Schittini (2010) consolidaram uma revisão da literatura sobre o tema. Esses dois autores se posicionaram a favor de tais áreas que devem, ainda, promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, a nosso ver um ambientalismo pragmático ou mercantilismo ecossocial. Eles consideram que elas têm um papel urgentíssimo a desempenhar na luta contra a extinção de espécies, de populações – com seus *pools* de variedades genéticas e de ecossistemas – com suas miríades de interações:

Não adianta sobrecarregar as áreas protegidas com funções excessivas que, muitas vezes, elas não podem cumprir. Trata-se, antes, de integrá-las em políticas públicas mais amplas, capazes de mobilizar aportes financeiros maiores, e de reconhecer-lhes as especificidades, valorizando o conhecimento científico necessário para o processo de criação e manejo delas – oriundo de disciplinas como a Biologia da Conservação – e atitudes que valorizem os seres humanos como uma, ainda que única, dentre as milhões de outras espécies do planeta – atitudes biocêntricas e ecocêntricas. (Franco & Schittini 2010, p. 223)

EM PROL DE EXPECTATIVAS INDIVIDUAIS EM RELAÇÃO À NATUREZA

Individualmente e coletivamente, o espaço de experiência das fronteiras, das representações sociais construídas como ancoragens e conceitos de *wilderness*, resultou em um conjunto de iniciativas de proteção e conservação antes mesmo de amadurecer a compreensão e as diferenciações sobre o que é um patamar satisfatório de consenso e controle sobre o que, como e para que ou quem, exatamente, se quer demarcar, proteger e conservar a natureza em seu todo, ou em parte. Mesmo porque, “as

fronteiras são vivenciadas de maneira diferente, dependendo de quem você é e de qual é o seu posicionamento” (MCREERY 2006). Não houve registros históricos da visão dos primeiros ocupantes das fronteiras do continente americano. Muitos povos foram percebidos como elementos da paisagem, ora aliados, ora inimigos ferozes daqueles que ingressavam por último entre os “pioneiros desesperados”, na alusão de Dean. Em termos de uma história dos olhares, proposta por Roland Barthes (1984), quais seriam as narrativas de “experiências” e “expectativas” das mil espécies de insetos que habitavam uma única copa de árvore na Mata Atlântica?

Nos Estados Unidos, Henri David Thoreau e John Muir foram os mais sensibilizados por um olhar-demiurgo³, onipresente, da natureza. Esses dois autores teceram literaturas e descreveram suas vivências repletas de *insights* em termos de um espaço de experiência estética da natureza, de sua valorização como fonte de preservação do mundo e de reconhecimento da divindade no mundo natural. Eles assentiram que nossas vidas carecem de um “alívio” que só se encontra no que nós, brasileiros, invocamos como conceito de mata ou grandes sertões, palavras que não incluem o mar, os polos, desertos, céu, subsolo. Enquanto militantes do transcendentalismo e naturalismo, ambos edificaram um comportamento diferenciado entre aqueles do seu tempo, criando sentidos que poucos de seus contemporâneos puderam partilhar integralmente. Afinal, nem todos poderiam aventurar-se em certas fronteiras, em que pressupunha-se uma aproximação voluntária em relação à natureza, com a vontade de explorá-la como “metáfora da mente humana”, no dizer de Ralph Waldo Emerson, autor caro a ambos. Fica difícil dizer se e quanto de ambientalismo há no transcendentalismo proposto por esses autores e na própria *wilderness* como “*the animal in us*” (Nash 1982, p. 94).

Thoreau, especialmente, debatia com essa perspectiva de conciliação dos sentimentos de repulsa e atração por um amálgama entre o selvagem e o civilizado, unindo as vantagens de ambos, conforme propôs, o que gerou *anima* para suas ideias, propostas, ações e até mesmo sua passagem pela prisão por desobediência civil (Thoreau 2008).

Quais criaturas genuinamente “ambientalistas” se acercaram de John Muir no Sierra Club? O presidente Theodore Roosevelt, por exemplo, com sua obsessão por *game animals*, sob a ótica do ideário dos direitos dos animais, com enfoque “abolicionista” do século 21, seria considerado uma espécie de psicopata do grupo, por ter matado, conservado e enviado para os EUA mais de 3 mil espécies da selva africana (Nash 1982). Nem mesmo a elegância de Martins (1997) em seu trecho “a bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que

³ A palavra “demiurgo” foi utilizada em seu sentido figurado, conforme encontra-se no dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – “criador de qualquer obra grandiosa ou de importância”.

os separa” serviria de redenção para a caça recreativa e suas motivações sob o ponto de vista ético. Esses são posicionamentos diferenciados entre Brasil, que a proíbe no papel, invocando aversão à crueldade contra os animais, e Estados Unidos, que a têm legalizada e geradora de bilhões de dólares com a possibilidade de compra e fruição dessa “diversão”.

Outra passagem digna de menção nesse contexto de aquiescência dos ambientalistas quanto à caça dos animais selvagens é aquela em que Hardin (1968) faz a defesa de que a moralidade de um ato é a função do estado do sistema no tempo em que é realizado⁴. O exemplo dado por esse autor é o do homem da planície que há 150 anos podia matar um bisão somente para extirpar-lhe a língua como iguaria para o seu jantar, descartando o restante da carcaça. “Esse ato, naquele tempo, não representava qualquer tipo de desperdício”, segundo Hardin; porém, se ocorresse com algum dos poucos milhares de bisões da atualidade, o mesmo ato seria estarrecedor. Nesse contexto da moralidade *system sensitive* a condição de fronteira (*wilderness*) eximia o caçador de uma reprovação moral por não haver o domínio público, o observador presente e disposto a julgar o ato. Ao comprar a sua licença de caça no ano 2015, está também incluída no pacote a moral *system sensitive* em que fica garantida a aquisição da absolvição moral, dado que o espaço e temporalidade de fronteira são recriados ou mantidos, com a solução técnica de controle quantitativo das presas, para que não haja escassez e observadores produtores de uma moral diferenciada.

No Brasil, o nosso “Sierra Clube”, se é possível encontrar alguma analogia, teve no Museu Nacional do Rio de Janeiro um núcleo de iniciativas de conservação em que nomes como Alberto José Sampaio, Armando Magalhães Corrêa, Cândido de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne, cujas histórias e feitos foram detalhadamente narrados por Franco e Drummond (2009), demonstram que foi a inspiração, o fascínio e a devoção ao conhecimento científico, sobretudo as contribuições das áreas correlatas ao naturalismo, que conduziram essas pessoas a uma participação social mais destacada em prol da conservação da natureza.

ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA E HORIZONTE DE EXPECTATIVAS

Muitos dos espaços de experiência da *wilderness*, aqueles dos nossos antepassados, se foram definitivamente e, com eles, alteram-se os horizontes de expectativas. A certeza é de que a natureza selvagem está fadada ao fim e pela mão dos quatro fatores biofísicos que Ophuls ressalta como responsáveis pela queda das civilizações. Nos Estados Unidos, somente 2% dos 48 Estados americanos

⁴ Tradução da autora.

permanecem legalmente “selvagens”, cifra atualizada, na ocasião do 50º aniversário de assinatura do *Wilderness Act*, como 109 milhões de acres, menos que 1% da área total dos EUA (Biello 2014).

Há ilusões de que as novas “fronteiras do ciberespaço” estariam entre as tecnologias que servirão como atenuantes para essa derrocada inevitável. Até esse custo ecológico parece não ceder às previsões de Ophuls. Sabe-se que cada um de nossos cliques onera o meio ambiente. “Cada consulta no motor de busca do Google provoca a emissão de 0,2 grama de dióxido de carbono” (Lefèvre 2010 p. 40). O próprio Google, que já conta com mais de um milhão de servidores, está buscando colocar as suas centrais (onde ficam os servidores) próximas a fontes de eletricidade abundantes, como a que foi instalada às margens do Rio Columbia, em Oregon (EUA), perto de uma usina hidrelétrica. Essa central consumirá uma quantidade de eletricidade comparável àquela necessária para abastecer uma cidade de 40 mil habitantes. As tecnologias de comunicação e informação (TICs) são responsáveis por 2% a 3% das emissões de CO₂ no mundo – equivalentes àsquelas do transporte aéreo.

Quando a revista *Scientific American* ratificou a informação de que em 2070 os americanos estarão sendo cozidos em “verões-fornalha”, “à medida em que as concentrações de dióxido de carbono ultrapassaram 400 ppm pela primeira vez em um milhão de anos” (Hamilton 2014), isso é um dos indicadores de que caminhamos para um espaço de experiência desconhecido até então, fruto da nossa contribuição para o planeta. Isso quebra a parceria entre o duo proposto por Koselleck, pois ficamos privados de ter um horizonte de expectativas que venha de experiências e certezas anteriormente vivenciadas – nossa ancoragem. Colocaremos, então, nossas incertezas na forma de ficção científica ou literatura de cenários, aberta a todos os palpites.

Nesse contexto, pode-se buscar autores que há algum tempo já se libertaram do ideário de necessidade da “experiência de *wilderness*” e da defesa dos parques nacionais, algo visto como uma atitude herética entre naturalistas mais conservadores. William Cronon (1996) é um desses pensadores. Ele considera *wilderness* e parques nacionais como noções antiquadas, elitistas, artificiais e até um empecilho para a interação dos seres humanos com os outros seres. Cronon defende uma ética que irá nos assegurar, em proporções equilibradas, a possibilidade de usar a natureza e também como e quando não usá-la.

Com as incertezas em alta, Nash foi um dos que se aventurou a traçar três cenários para o nosso futuro: o cenário jardim, o cenário da destruição e o cenário de civilização-ilha. Os dois primeiros são opostos – ou tudo vai bem, ou tudo vai mal, respectivamente. Mas é no caminho intermediário que surge a ideia de que, a partir daqui, não é mais a *wilderness* que deve ser contida, e sim a matriz civilizada.

Os seres humanos ocupariam várias centenas de habitações, dispondo do estado-da-arte tecnológico para produzir alimentos, água, energia e gerenciar o lixo. O restante das áreas seria deixado em estado selvagem e as fronteiras voltariam a existir de forma permanente, mas com uma interação supercontrolada. Nem assim, de volta ao começo e mantendo-se os refúgios, o grifo poderá recair na superação da alteridade em relação ao meio ambiente. Parece não haver um caminho de volta.

REFERÊNCIAS

- Adams WM 2004. *Against Extinction: the story of conservation*. Earthscan, London, 328 pp.
- Barthes R 1984. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 185 pp. Available from: http://www.producaomultimedia.com.br/downloads/a_camara_clara.pdf
- Benjamin W 1987. Sobre o conceito de história. In Benjamin W, *Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Brasiliense, São Paulo, p. 222-234. Available from: <http://www.rae.com.pt/wb2.pdf>
- Biello D. Is There a Future for Wilderness? *Sci Am*. [serial on the Internet]. 2014 Sept [cited 2014 Sept 12]. Available from: <http://blogs.scientificamerican.com/observations/2014/09/03/is-there-a-future-for-wilderness/>
- Brusatte SL 2012. *Dinosaur Paleobiology*. Wiley Blackwell, West Sussex, 320p. Available from: <https://books.google.com/books?id=t8dwWakrlm0C&pgis=1>
- Cronon W 1996. The Trouble with Wilderness; or, Getting Back to the Wrong Nature. In Cronon W. *Uncommon Ground: Rethinking the Human Place in Nature*. Norton, New York, p. 69-90.
- Dirzo R, Young HS, Galetti M, Ceballos G, Isaac NJB, Collen B 2014. Defaunation in the Anthropocene. *Science* 345(6195):401–406. Available from: <http://www.sciencemag.org/content/345/6195/401.full>
- Drummond JA 2000. Review of Dean, Warren, *With Broadax and Firebrand: The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. H-Environment, H-Net Reviews. Available from: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=4260>
- Franco JL, Drummond JA 2009. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Fiocruz, Rio de Janeiro, 272 pp.
- Hamilton C. The New Environmentalism Will Lead Us to Disaster. *Sci Am*. [serial on the Internet]. 2014 Jun [cited 2015 Jan 12]; Available from: <http://www.scientificamerican.com/article/the-new-environmentalism-will-lead-us-to-disaster/>
- Hardin G. 1968. The Tragedy of the Commons. *Science* 162:1243-1248. Available from: <http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full>
- International Union for Conservation of Nature and Natural Resources 2010. *50 Years of Working for Protected Areas: A brief history* Gland, 23 pp. Available from: http://cmsdata.iucn.org/downloads/history_wcpa_15july_web_version_1.pdf

- Koselleck R 1985. Space of Experience and Horizon of Expectation: Two Historical Categories. In Koselleck R *Futures Past*. MIT Press Cambridge, Massachusetts, 328 pp.
- Lefèvre, L 2010. Le coût écologique d'Internet. *Dossier Pour La Science* 66:41-42.
- Martins JS 1997. O Tempo da Fronteira: Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In JS Martins *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*, Hucitec, São Paulo, p. 145-203.
- Mccreery D 2006. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford University Press, California, 297 pp.
- Minc C 1992. Prefácio à edição brasileira. In J McCormick, *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, p. 5-6.
- Nash R 1982. *Wilderness and the American Mind*. Yale University Press, Yale, 426 pp.
- Ophuls W 2012. *Immoderate Greatness: Why Civilizations Fail*. CreateSpace Independent Publishing Platform, South Carolina, 116 pp.
- Thoreau HD 2008. *Civil Disobedience*. Available from: www.forgottenbooks.org
- Turner FJ 1976. The Frontier in American History. In R Krieger, *The Significance of the Frontier in American History*, p. 1-38.
- Udall HS 1962. *Primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais*, United States Department of the Interior.
- Webb WP 1979. *The Great Frontier*. University of Texas, Austin, 384 pp.
- WILSON, E. O. 1992. *The diversity of life*. Harvard Univ. Press, Boston, 440 pp.

We have Never been Environmentalists

ABSTRACT

This essay was presented at the University of Brasilia as a final assignment required in the course “Special Topics in Social History – Frontier, Natural Resources and Environmental Conservation”. Students were supposed to elaborate an article with a critic view considering the ideas presented in the books and papers discussed in class. Therefore, the content of this work outlines several differences in the construction of the concept of frontier as time goes by and raises the question whether human beings were, have been or will ever be environmentalists.

Keywords: Frontier; Environmentalism; Conservation of Natural Resources; Environmental Protection.

Submissão: 06/01/2015
Aceite: 19/05/2015